

# RENDA E OCUPAÇÃO DAS FAMÍLIAS RURAIS PARAIBANAS NOS ANOS 90<sup>1</sup>

João Ricardo Ferreira de Lima\*

## RESUMO

*O problema central deste trabalho é entender a evolução das ocupações e das rendas das famílias rurais paraibanas na década de 1990. O objetivo é identificar a importância das atividades e das rendas não agrícolas, além das transferências públicas/privadas para a melhoria e/ou manutenção das famílias nas áreas rurais. A metodologia utilizada foi uma pesquisa bibliográfica baseada em trabalhos produzidos dentro do projeto Rurbano e a análise das informações dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio do IBGE, relativas ao rural paraibano na década de 1990. A exemplo do que ficou demonstrado na situação nacional e regional, na Paraíba também se constata um crescimento das chamadas “ocupações rurais não agrícolas” (Ornas), no número das famílias pluriativas e não agrícolas residentes em áreas rurais, além de uma grande disparidade entre as rendas obtidas pelas famílias exclusivamente agrícolas daquelas não agrícolas e pluriativas, sobretudo nos anos secos. As famílias pluriativas dependem menos das transferências públicas e privadas se comparadas com as famílias agrícolas. Constata-se que, no período pós-Plano Real, as rendas agrícolas apresentaram um movimento de forte queda e as rendas não agrícolas evidenciaram um movimento inverso, crescendo a cada ano.*

*Palavras-chave: renda, atividades não agrícolas, famílias rurais.*

## 1 INTRODUÇÃO

O estudo apresentado busca entender como as famílias rurais paraibanas conseguiram sobreviver e se manter no campo na década de 1990. O problema central da investigação diz respeito à importância das famílias rurais pluriativas e à composição de suas rendas. O objetivo geral é mostrar a representatividade das famílias rurais pluria-

\* Mestre em Economia Rural e Regional/UFPB; Professor Assistente do Departamento de Ciências Fundamentais e Sociais (DCFS) do Centro de Ciências Agrárias/UFPB. Pesquisador do projeto Rurbano do Instituto de Economia da Unicamp.

<sup>1</sup> Esta pesquisa faz parte do projeto Rurbano do Instituto de Economia/Unicamp. Para maiores informações, vide a home-page: <http://www.eco.unicamp.br/>. Uma versão deste trabalho foi apresentada no XL Congresso da Sober, Passo Fundo - RS.

Teor. e Evid. Econ.	Passo Fundo	v. 12	n. 22	p. 153-178	maio 2004
---------------------	-------------	-------	-------	------------	-----------

tivas na Paraíba e a evolução das rendas rurais. Especificamente, objetiva-se: 1) levantar a proporcionalidade das famílias rurais pluriativas no cômputo geral das famílias rurais paraibanas, bem como sua dinâmica evolutiva na década 1990; 2) identificar o comportamento das ocupações agrícolas das famílias rurais paraibanas, com relação ao seu peso econômico, na composição da renda das famílias rurais; 3) definir a importância de outras rendas provenientes de transferências públicas e/ou privadas na composição da renda das famílias rurais paraibanas.

As hipóteses principais que orientarão a investigação proposta são: 1) as atividades rurais não agrícolas assumiram intensa importância no estado da Paraíba na década de 1990 tanto em nível de ocupações da PEA rural quanto da constituição das famílias do tipo pluriativas; 2) apesar da intensa evolução das Ornas, as atividades agrícolas no rural paraibano ainda têm maior peso econômico para as famílias pluriativas nos anos de chuvas; 3) nos anos secos, as famílias rurais paraibanas praticamente sobrevivem de rendas provenientes das Ornas e das transferências públicas.

A metodologia utilizada é uma pesquisa bibliográfica nos materiais publicados e/ou colocados para consulta na internet pelo projeto temático “Rurbano”, sobre a evolução das organizações rurais não agrícolas (Orna) no Brasil, nas regiões e nos estados. Além disso, analisaremos as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD) da década de 1990 relativas ao rural paraibano.

## 2 A REPRESENTATIVIDADE DAS FAMÍLIAS RURAIS PLURIATIVAS PARAIBANAS

A tipologia das tabelas deste item dividiu as famílias extensas<sup>2</sup> residentes no rural agropecuário das áreas não metropolitanas de acordo com a posição na ocupação (empregador com até dois assalariados, conta-própria, empregados e não-ocupados). As famílias que tinham pelo menos uma pessoa ocupada foram classificadas em “agrícolas” (quando todos os membros exerciam atividades agropecuárias como ocupação principal), “não agrícolas” (todos os membros estavam ocupados em atividades não agrícolas como ocupação principal) ou “pluriativas” (onde, pelo menos, um membro exercia uma ocupação agrícola e outro, uma não agrícola; ou, ainda, quando pelo menos um dos membros declarou exercer dupla atividade agrícola – ocupação principal e secundária – na semana de referência), de acordo com a atividade que seus membros exerciam na

<sup>2</sup> Foram excluídos dessa unidade de análise os empregados domésticos, parentes de empregados domésticos e pensionistas que pagam pensão ao chefe do domicílio. A família extensa é constituída, então, pelas pessoas de referência: cônjuges, filhos, outros parentes e os agregados.

semana de referência. As tabelas ainda buscaram mostrar o trabalho doméstico a fim de identificar sua importância como principal Orna.

A Tabela 1 mostra que o maior contingente de famílias residentes no rural agropecuário paraibano em 1999 era do tipo conta-própria (113 mil, ou seja, 49,5% do total de famílias do rural agropecuário). Neste grupo, o número de famílias pluriativas é superior ao mínimo daquelas que se dedicavam apenas às atividades agropecuárias (58 mil pluriativas e 44 mil agrícolas). Dentre as pluriativas, destacam-se aquelas cujos membros combinam atividades agrícolas e não agrícolas, com 53 mil famílias classificadas nesta condição (91% do total das famílias pluriativas). Em segundo lugar, em 1999, encontram-se as famílias pluriativas que combinam atividades agrícolas tanto na ocupação principal quanto na secundária (4 mil). As famílias de conta-própria paraibanas pluriativas, que combinavam atividades agrícolas e trabalho doméstico, assim como aquelas cujos membros estavam ocupados em atividades agrícolas, não agrícolas e trabalho doméstico, residentes no rural agropecuário, tiveram um número muito reduzido na amostra. Finalmente, dentre as famílias de conta-própria encontram-se 11 mil dedicadas exclusivamente às atividades não agrícolas e residentes no rural agropecuário paraibano em 1999.

Tabela 1 – Distribuição dos tipos de famílias extensas segundo o local de domicílio - Paraíba, 1999 (1000 famílias)

Tipo de famílias						Total geral
	Urbano	Periferia	Povoado	Agrop.	Total	
Empregador com até 2 assalariados	11	-	-	3	15	15
<b>Conta própria</b>	<b>173</b>	<b>-</b>	<b>8</b>	<b>113</b>	<b>295</b>	<b>295</b>
Agricultora	11	-	4	44	59	59
Pluriativo	18	-	3	58	79	79
Não agrícola	144	-	-	11	157	157
<b>Empregados</b>	<b>278</b>	<b>4</b>	<b>11</b>	<b>85</b>	<b>377</b>	<b>377</b>
Agricultora	4	-	5	23	31	31
Pluriativo	11	-	-	34	48	48
Não agrícola	263	3	4	28	298	298
<b>Não ocupados</b>	<b>101</b>	<b>-</b>	<b>6</b>	<b>26</b>	<b>135</b>	<b>135</b>

Obs.: “-” indica menos de seis observações na amostra.

Fonte: Tabulações especiais do projeto Rurbano, I. E./Unicamp, jun. 2001.

O segundo maior contingente de famílias com domicílio no rural paraibano é o de empregados, com 85 mil (37% do total), como indica a Tabela 1. Neste grupo, o maior número de famílias é de pluriativas (34 mil), que combinam entre seus membros ativi-

dades agrícolas e não agrícolas. Após, encontram-se as famílias de empregados exclusivamente em atividades não agrícolas (28 mil) e, finalmente, os empregados agrícolas, com 23 mil famílias representantes. Se forem somadas as famílias de empregados pluriativos (que possuíam pelo menos um membro ocupado em atividades não agrícolas) com as famílias não agrícolas, obter-se-ão 62 mil desse tipo (73% do total).

Em terceiro lugar aparecem as famílias de não-ocupados (com 26 mil) e, em último, as de empregadores com até dois assalariados (3 mil). Contudo, não se pode ter por base apenas no ano de 1999 para demonstrar a representatividade das famílias rurais pluriativas, haja vista que este ano é considerado de seca e, como se viu anteriormente, o comportamento dos residentes em áreas rurais paraibanas quanto à estratégia de sobrevivência está fortemente influenciado pelas condições climáticas. Faz-se necessário, então, analisar a evolução das famílias durante toda a década de 1990.

Pode-se identificar, observando a Tabela 2, que houve um aumento no número de famílias residentes no rural agropecuário paraibano entre 1992 e 1999 (taxa de crescimento de 0,7% a.a.). Portanto, apesar das dificuldades advindas da crise agrícola e dos anos de seca, o número total de famílias rurais paraibanas não decresceu, contrariamente ao que ocorria em décadas passadas.

Com relação às famílias de conta-própria, no geral, não apresentam uma tendência definida. Entretanto, em 1992 foram encontradas 110 mil famílias desse tipo; em 1996, atingiu-se o pico de 126 mil e encerrou-se a década com 113 mil famílias (a taxa de crescimento é nula estatisticamente). Com relação aos conta-própria agrícolas, em 1992, existiam 61 mil famílias no grupo, que se reduziram para 49 mil em 1993 (ano seco) e, depois, cresceram a cada ano, atingindo o ápice em 1996, com 74 mil famílias. Logo em seguida, a cada ano identifica-se uma redução em seu número; comparando apenas 1992 e 1999, a diminuição foi de 17 mil famílias.

Por outro lado, as famílias de conta-própria pluriativas tiveram uma taxa de crescimento significativa na década de 1990 (3,1% a.a.), com um incremento, entre 1992/99, de 13 mil famílias. O maior contingente de famílias conta-própria pluriativas é aquele que combina entre seus membros atividades agrícolas e não agrícolas. Esse subgrupo apresenta uma taxa de crescimento anual de 5,5%, com um aumento de 22 mil famílias no período (passou de 31 mil em 1992 para 53 mil em 1999). Finalmente, nas famílias de conta-própria, aquelas cujos membros se dedicavam exclusivamente às atividades rurais não agrícolas apresentaram a maior taxa de crescimento entre 1992 e 1999 (13,1% a.a.).

Como se pode observar na Tabela 2, houve um aumento no número de famílias de empregados residentes no rural agropecuário paraibano na década de 1990. Apesar de

não haver uma tendência definida, o número elevou-se em dez mil famílias, se comparados apenas os anos de 1992 e 1999. Percebemos a grande redução existente entre as famílias de empregados cujos membros se dedicavam, na semana de referência, exclusivamente às atividades agrícolas (33 mil comparando 1992-1999). Entretanto, as famílias de empregados pluriativos tiveram grande crescimento no período, apesar da variabilidade entre os anos secos e os chuvosos (os dois maiores picos ocorreram em anos secos: 1993, com 54 mil famílias, e 1999, com 51 mil). Já as famílias de empregados cujos membros se dedicavam exclusivamente às atividades não agrícolas e residiam no rural agropecuário paraibano tiveram uma taxa de crescimento elevada e significativa de 22,9% a.a. (com incremento de 23 mil famílias se comparados 1992 e 1999).

Tabela 2 – Evolução das famílias extensas segundo a situação do domicílio, a área censitária e o tipo de família - Paraíba, 1992-99 (1.000 famílias)

Área censitária / setor principal	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	1992/99	
Rural agropecuário	225	209	229	229	225	229	228	0,7	*
Empregador com até dois assalariados	11	8	13	4	5	5	3	-16,3	***
Conta própria	110	105	108	126	116	104	113	0,5	
Agrícola	61	49	65	74	59	41	44	-3,5	
Pluriativo	45	52	39	45	53	55	58	3,1	*
Não agrícola	5	4	4	8	5	9	11	13,1	***
Empregados	75	82	73	69	78	97	85	2,1	
Agrícola	56	19	48	42	57	24	23	-4,7	
Pluriativo	14	54	17	16	11	51	34	4,8	
Não agrícola	5	9	8	10	11	22	28	22,9	***
Não ocupados	29	14	32	29	26	22	26	2,1	

\*\*\*, \*\*, \* Indicam, respectivamente, 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão *log-linear* contra o tempo.

Obs.: “-” indica menos de seis observações na amostra.

Fonte: Tabulações especiais do projeto Rurbano, I. E./Unicamp. Jun. 2001.

Os dois últimos grupos classificados, de não ocupados e de empregadores com até dois assalariados, mostraram comportamentos semelhantes: os primeiros não tiveram uma tendência definida, apesar de uma redução anual entre 1995 e 1998; os segundos sofreram forte redução de -16,3% a.a. no período em questão.

Percebe-se que, ao contrário do que vinha acontecendo em décadas anteriores, não houve redução do número de famílias residentes no rural paraibano nos anos 90, cuja principal razão é o grande crescimento tanto do número de famílias pluriativas, em certos casos, quanto daquelas dedicadas exclusivamente às Ornas (que apresentam as

taxas de crescimento mais elevadas), independentemente de serem conta própria ou empregados.

Apesar da expressiva redução encontrada tanto no número de pessoas ativas nas famílias (-1,9% a.a.) quanto no número médio de pessoas ativas (-2,6% a.a.), identificou-se que esta não foi ainda maior por ter existido um grande crescimento nas famílias de não agrícolas (conta-própria e de empregados). Contudo, apesar desse movimento (ajudando a evitar uma situação de maiores dificuldades e contendo o êxodo das famílias rurais), não conseguiu contrabalançar o desemprego gerado pelas dificuldades de exercer as atividades agropecuárias no rural paraibano.

Outro fato relevante é a grande variabilidade das informações sobre a evolução das famílias. As condições climáticas influenciam fortemente a condição da população rural paraibana, que enquadra suas estratégias de sobrevivência de acordo com a maior ou menor precipitação pluviométrica. Nos anos secos, como em 1999, encontraram-se situações em que o número de famílias pluriativas foi superior às que se dedicavam exclusivamente à agricultura. Ainda nesse ano, nas famílias de empregados, o número de não agrícolas foi superior ao de agrícolas; nos anos chuvosos, a situação se inverte. Não obstante, nos anos 90, fica clara a grande representatividade das famílias pluriativas e também das não agrícolas no número total existente no meio rural paraibano.

### 3 AS RENDAS DAS FAMÍLIAS RURAIS PARAIBANAS NA DÉCADA DE 1990

Neste item do trabalho procura-se identificar o comportamento das ocupações agrícolas e não agrícolas das famílias rurais paraibanas com relação ao seu peso econômico na composição da renda. Como objetivo específico, busca-se definir a importância de outras rendas provenientes de transferências públicas e/ou privadas na conformação da renda das famílias rurais paraibanas. A hipótese de trabalho é que, apesar da intensa evolução das Ornas, as atividades agrícolas no rural paraibano ainda têm maior peso econômico para as famílias rurais nos anos de chuvas; nos anos secos, essas famílias paraibanas praticamente sobrevivem de rendas provenientes das Ornas e das transferências públicas e/ou privadas.

A análise da evolução das rendas familiares ocorre apenas com as informações da segunda metade na década de 1990, porque, conforme Graziano da Silva e Del Grossi, “é praticamente impossível analisar a evolução das rendas familiares na primeira metade da década de 90, dadas as dificuldades de se obter estimativas comparáveis em função das elevadas taxas e inflação vigentes e das distorções introduzidas pelos dois pla-

nos de estabilização econômica – o Plano Collor e o Plano Real – aplicados no período”<sup>3</sup> (2001 d, p. 22-23).

A Tabela 3 trata da composição da renda (agrícola, não agrícola, aposentadorias e outras) e dos rendimentos *per capita* das famílias residentes no rural agropecuário paraibano em 1999. No cômputo geral, a renda *per capita* média entre as famílias é de menos de sessenta reais (valores em reais de setembro de 1999), em sua maior parte proveniente de atividades não agrícolas (38,9%). As aposentadorias conformam a segunda maior parcela dos recursos obtidos (31%), sendo superiores, inclusive, às rendas agrícolas (24,2%). Outras fontes de renda, como transferências privadas, de parentes que migraram e enviaram recursos para as famílias que permaneceram no rural, por exemplo, compõem o restante dos rendimentos percebidos (5,9%).

Tabela 3 – Composição da renda e renda *per capita* das famílias segundo a situação do domicílio, a área censitária e o tipo de família - Paraíba, 1999

Área censitária/ tipo de família	Agrícola (%)	Não agric. (%)	Aposent. (%)	Outras (%)	<i>per capita</i> R\$
Rural agropecuário	24,2	38,9	31,0	5,9	59,79
Empregador com até dois assalariados	34,3	53,6	11,9	0,2	267,59
Conta própria	27,1	37,4	30,1	5,4	62,63
Agrícola	35,4	0,0	59,5	5,2	73,81
Pluriativo	28,5	52,4	14,0	5,2	53,03
Não agrícola	0,0	84,1	9,2	6,7	81,31
Empregados	24,7	54,4	16,4	4,5	42,25
Agrícola	58,0	0,0	39,0	3,0	46,23
Pluriativo	27,3	60,5	7,1	5,1	33,12
Não agrícola	0,0	85,3	9,8	4,9	52,54
Não ocupados	0,0	0,0	83,9	16,1	95,34

Obs.: Valores em reais de setembro/99.

Fonte: Tabulações especiais do projeto Rurbano, I.E./Unicamp, jun. 2001.

A renda *per capita* das famílias de empregadores com até dois assalariados, em 1999, é bastante superior à média das demais famílias rurais (R\$ 267,59). Sua composição é formada de rendas não agrícolas em sua maior parte (53,6%), seguida de rendimentos agrícolas (34,3%), aposentadorias (11,9%) e outras (0,2%). Essas famílias têm um poder aquisitivo mais elevado, sendo menos dependentes das transferências públicas/privadas. A renda maior foi obtida através de atividades não agrícolas, que, se não

<sup>3</sup> Não existe um deflator que capte adequadamente os efeitos da introdução do Plano Real em 1994, o que compromete o cálculo das variações reais de renda nos períodos que incluem este ano. Para maiores detalhes, vide Graziano da Silva e Del Grossi (2001d).

existissem, causariam uma queda de mais de 50% nos rendimentos percebidos pelas famílias.

Com relação às famílias de conta-própria, no geral, têm rendimentos superiores à média das famílias rurais paraibanas (R\$ 62,63), mas bastante inferiores àqueles obtidos pelos empregadores (menos de 24% destes). Essa renda é baixa, mas ainda possível principalmente pelas fontes não agrícolas (37,4%) e pelas aposentadorias (30,1%), que, juntamente com outros meios, conformam mais de 70% do total. As rendas agrícolas, em 1999, responderam por apenas 27,1% do todo.

Sobre as famílias de conta-própria agrícolas, possuem uma renda *per capita* superior à média do seu grupo (R\$ 73,81). Contudo, isso ocorre em razão da grande dependência das aposentadorias, que praticamente conformam 60% do total da renda. As rendas agrícolas compõem 35,4% do total dessas famílias. Os conta-própria pluriativos perceberam rendimentos inferiores tanto à média dos conta-própria quanto das famílias rurais (R\$ 53,03). A renda destes é composta por fontes não agrícolas em maior parte (52,4%), agrícolas (28,5%), aposentadorias (14%) e outras (5,2%). Certamente, a menor participação das transferências públicas resultou neste menor rendimento. Fica, pois, demonstrado que as transferências são importantes fontes de renda e de estabilidade para as famílias.

A maior parte das Ornas encontradas no estado exige baixa qualificação e paga salários baixos, que não proporcionam uma condição de vida digna aos trabalhadores. Mesmo assim, são importantes nos anos secos, como 1999, pois, sem essa fonte, os rendimentos das famílias de conta-própria pluriativos teriam uma redução de mais de 50%.

O último grupo classificado entre os conta-própria rurais é o de famílias não agrícolas, as quais percebem rendimentos *per capita* maiores tanto em relação às demais famílias do grupo quanto à média total das famílias rurais (R\$ 81,31). A maior parcela (mais de 84%) da renda é proveniente de atividades não agrícolas e são as menos dependentes de transferências públicas/privadas (9,2% de aposentadorias e 6,7 de outras fontes).

As famílias de empregados apresentam os menores rendimentos *per capita* dentre todas os tipos de famílias no rural paraibano (R\$ 42,25) em 1999. As fontes não agrícolas compõem a maior parcela, com mais de 54% do total; em seguida, aparecem as fontes agrícolas (24,7%), as aposentadorias (16,4%) e outras (4,5%). As famílias de empregados agrícolas possuem rendimento *per capita* superior à média do grupo (R\$ 46,23), mas são bastante dependentes de aposentadorias (quase 40% do total). As fontes agrícolas compõem 58% do total de suas rendas. As famílias de empregados pluriativos



possuem rendimentos baixos (R\$ 33,16), mas as rendas provenientes de aposentadorias conformam uma pequena parcela do total percebido (cerca de 7%). As famílias de empregados não agrícolas possuem os maiores rendimentos do grupo (R\$ 52,54).

As famílias de não-ocupados possuem renda *per capita* superior à dos conta-própria e empregados (R\$ 95,34). Esses rendimentos percebidos são possíveis em razão, sobretudo, das transferências de aposentadorias (praticamente 84% do total). Quanto maior a porcentagem de transferências públicas na composição da renda das famílias, mais elevadas as possibilidades de terem estabilidade no poder aquisitivo.

A Tabela 4 mostra a evolução das rendas das famílias residentes no rural agropecuário paraibano entre 1995-1999. Com isso, analisam-se os rendimentos nos “anos bons” (1995, 1996 e 1997) e nos “anos ruins” (1998 e 1999), assim como as taxas de crescimento nos grupos de famílias classificados. Sabendo-se quais rendas estão crescendo e quais estão diminuindo, essas serão confrontadas com as informações da Tabela 5, que mostra a evolução da composição dos rendimentos para se verificar se fontes de renda estão puxando para baixo ou para cima o total dos recursos que as famílias recebem anualmente.

No geral, entre 1995 e 1999, não se encontrou uma tendência definida na evolução das rendas das famílias. Em 1995 e 1996 observaram-se as duas maiores rendas (R\$ 272,17 e R\$ 276,26) e, em 1997 e 1999, as duas menores (R\$ 251,16 e R\$ 257,57), sendo que 1997, ao contrário de 1999, não foi considerado um ano de seca no estado.

Nas famílias de empregadores com até dois assalariados, igualmente, não encontramos uma tendência definida na evolução dos rendimentos, os quais cresceram nos anos bons, entre 1995 e 1997 (ano em que atinge o pico de R\$ 1.028,98), tiveram forte queda em 1998 (ano seco), com mais de 50% de redução, quando comparados 1997 e 1998, e voltaram a subir em 1999 (também um ano com baixa precipitação pluviométrica), quando superaram as rendas obtidas em 1995 (R\$ 818,99 em 1995 e R\$ 915,40 em 1999).

A evolução das rendas dos conta-própria demonstra uma taxa de crescimento elevada e significativa de 5,2% a.a., a qual se elevou de R\$ 250,85 em 1995 para R\$ 294,08 em 1999, entretanto o pico da renda deste grupo foi de R\$ 313,13 em 1998. Os conta-própria agrícolas possuem uma taxa de crescimento da renda importante, 7,8% a.a., que se elevou de R\$ 219,79 em 1995 para R\$ 278,95 em 1999. Os conta-própria pluriativos demonstram grande instabilidade nas rendas percebidas, as quais não apresentaram uma tendência definida, com casos em que se reduzem tanto nos anos bons quanto nos ruins. O último tipo de família desse grupo, os não-agrícolas, teve um substancial incremento de renda, além da menor instabilidade: entre 1995 e 1997, o rendi-

mento cresceu de R\$ 187,16 para R\$ 487,69 (incremento próximo de 150%); apesar da queda entre 1997 e 1998, retomou a trajetória crescente entre 1998 e 1999 (subindo de R\$ 305,03 para R\$ 402,86). Então, certamente o crescimento das rendas dos contáprpria foi proporcionado pelas taxas de crescimento encontradas nas rendas das famílias agrícolas e não agrícolas.

Tabela 4 – Evolução das rendas das famílias segundo a situação do domicílio, a área censitária e o tipo de família - Paraíba, 1995-1999

Área censitária/ tipo de família	1995	1996	1997	1998	1999	1995/99 %a.a.
Rural agropecuário	272,17	276,26	251,16	262,26	257,57	-1,6
Empregador com até dois assalariados	818,99	1.014,15	1.028,98	504,72	915,40	-4,6
Conta própria	250,85	259,21	264,45	313,13	294,08	5,2 **
Agricultora	219,78	202,46	210,05	266,29	278,95	7,8 **
Pluriativo	308,45	340,28	305,27	349,88	284,41	-1,3
Não agrícola	187,16	344,02	487,69	305,03	402,86	15,2
Empregados	209,64	209,93	200,54	209,93	192,66	-1,7 *
Agricultora	189,61	168,97	171,71	219,35	185,96	2,2
Pluriativo	250,47	301,88	294,45	213,83	171,54	-10,4 *
Não agrícola	241,35	242,56	259,06	190,79	223,30	-3,9
Não ocupados	208,79	175,62	192,94	198,48	222,67	2,5

\*\*\*, \*\*, \* Indicam, respectivamente, 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão *log-linear* contra o tempo.

Obs.: Valores em reais de setembro/99.

Fonte: Tabulações especiais do projeto Rurbano, I. E./Unicamp, jun. 2001.

Com relação às famílias de empregados, na média geral, as rendas apresentaram uma taxa de crescimento negativa de -1,7% a.a. entre 1995-1999. Muito provavelmente, esse número foi influenciado pela grande queda na renda das famílias de empregados pluriativos (taxa de crescimento de -10,4% a.a.), que se reduziu de R\$ 250,47 em 1995 para R\$ 173,33 em 1999. Apesar de não terem significância estatística, as rendas das famílias de empregados não agrícolas também sofreram forte redução no período em questão.

Os rendimentos das famílias rurais cujos membros não estavam ocupados na semana de referência da pesquisa elevaram-se entre 1996 e 1999 (passando de R\$ 175,62 em 1996 para R\$ 222,67 em 1999).

A Tabela 5 trata da evolução da composição das rendas das famílias residentes no rural agropecuário paraibano entre 1995 e 1999. Na análise da Tabela 4 mostra-se que houve queda na renda média geral das famílias rurais paraibanas, e a Tabela 5 permite

identificar que essa redução foi causada pela forte contração da renda proveniente de atividades agrícolas no período 1995-1999 (taxa de crescimento de -15,4% a.a.). Apesar do crescimento significativo das rendas não agrícolas e de outras rendas (17,7% a.a. e 9,1% a.a., respectivamente), não foi suficiente para compensar a diminuição da renda agropecuária.

Sobre as famílias de empregadores com até dois assalariados, pode-se perceber que existe uma tendência de queda nas rendas provenientes de atividades agrícolas, das aposentadorias e de outras fontes, contudo apenas esta última possui significância estatística (-45,8% a.a.). As rendas não agrícolas apresentam tendência de crescimento, mas também não conseguem estabilizar os proventos dessas famílias.

Tabela 5 – Evolução da composição das rendas das famílias segundo a situação do domicílio, a área censitária e o tipo de família - Paraíba, 1995-1999

Área censitária / tipo de família	Agricultura		Não agrícola		Aposent.e/ou pensão		Outras rendas	
	1999	1995/99	1999	1995/99	1999	1995/99	1999	1995/99
	(R\$)	%a.a.	(R\$)	%a.a.	(R\$)	%a.a.	(R\$)	%a.a.
Rural Agropecuário	62,31	-15,4 ***	100,09	17,7 ***	79,94	-3,8	15,23	9,1 *
Empregador com até dois assalariados	314,00	-11,1	490,60	30,0	108,80	-19,0	2,00	-45,8 **
Conta própria	79,81	-9,4 ***	109,91	24,3 ***	88,54	6,4	15,83	11,1
Agricultura	98,69	-4,8	0,00		165,88	18,9 **	14,38	12,8
Pluriativo	80,97	-11,9 **	148,99	6,8 *	39,69	-1,2	14,75	4,0
Não agrícola	0,00		338,77	17,9	37,09	-7,6	27,00	
Empregados	47,54	-23,0 ***	104,89	27,5 **	31,57	-0,9	8,66	16,7
Agricultura	107,87	-6,6 ***	0,00		72,53	23,1 *	5,56	35,3
Pluriativo	46,74	-25,2 ***	103,81	1,9	12,18	-17,9	8,81	18,2
Não agrícola	0,00		190,46	-0,5	21,86	-8,7	10,98	-15,0
Não ocupados	0,00		0,00		186,92	1,4	35,75	11,3

\*\*\*, \*\*, \* Indicam, respectivamente, 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão *log-linear* contra o tempo.

Obs.: Valores em reais de setembro/99.

Fonte: Tabulações especiais do projeto Rurbano, I. E./Unicamp, Jun. 2001.

Um crescimento significativo nas rendas das famílias de conta-própria ficou indicado na Tabela 4, o qual foi possível pela forte taxa de crescimento dos rendimentos não agrícolas, que aumentaram com taxas significantes de 24,3% a.a., como demonstra a Tabela 5. As rendas agrícolas apresentaram uma redução de -9,4% a.a. As transferências públicas e privadas também contribuíram para elevar a renda total dos conta-própria rurais paraibanas. Com relação às famílias agrícolas, identificou-se que a elevação de suas rendas (7,8% a.a., conforme a Tabela 4) não foi causada por crescimento dos

rendimentos agropecuários, que tiveram tendência de redução entre 1995 e 1999. O motivo desse crescimento foi o maior incremento das transferências públicas, via aposentadorias rurais (que se elevaram a uma taxa de 18,9% a.a.), e das transferências privadas.

A redução das rendas das famílias pluriativas decorre do decréscimo das rendas agrícolas (-11,9% a.a.) e das aposentadorias. O crescimento das rendas não agrícolas, apesar de elevado e importante (6,8% a.a.), além do aumento das transferências privadas, não conseguiu estabilizar os rendimentos percebidos por essas famílias. As famílias de conta-própria não agrícolas tiveram uma taxa de crescimento nas suas rendas de 17,9% a.a.

A Tabela 4 mostra uma queda no rendimento dos empregados (-1,7% a.a.), comportamento cuja explicação é a grande redução nas rendas agrícolas (-23% a.a.) entre 1995-1999, além da tendência de queda na parte proveniente de aposentadorias (conforme indica a Tabela 5). Semelhantemente ao encontrado em outros tipos de famílias, mesmo o crescimento significativo (27,5% a.a.) das rendas não agrícolas e da tendência de elevação de outras fontes não conseguiu contrabalançar a queda da renda agrícola. As famílias de empregados agrícolas tiveram uma tendência de aumento nos rendimentos proporcionados pelas aposentadorias (que cresceram 23,1% a.a.) e pelas transferências privadas. Já a grande redução nos rendimentos das famílias de empregados pluriativos deve-se à forte diminuição da parcela agrícola e de aposentadorias que compõem essas rendas. Os empregados não agrícolas tiveram redução tanto na parcela não agrícola quanto nas transferências (públicas e privadas) que conformam seus rendimentos.

A estabilidade das rendas das famílias de não-ocupados é proporcionada pela forma como são compostas: transferências públicas em sua grande parte (aposentadorias) e outras fontes (remessa de parentes que migraram para as cidades).

A Tabela 6 trata exclusivamente da evolução das rendas agrícolas das famílias rurais paraibanas entre 1995 e 1999. No geral, esses rendimentos tiveram queda sistemática a cada ano, independentemente das condições climáticas, como um reflexo da crise pela qual passa a agricultura no estado. Em 1995, o rendimento obtido pelas famílias rurais através de atividades agrícolas foi de R\$ 112,42; em 1999, a renda percebida praticamente se reduziu pela metade, apenas R\$ 62,31 (taxa de crescimento negativo de -15,4% a.a.).

Nas famílias de empregadores com até dois assalariados, a renda agrícola não apresenta uma tendência definida: encontra um teto no ano de 1996 (R\$ 667,76) e seu piso em 1998 (R\$ 195,98); nos demais anos, apresenta certa estabilidade, com uma média em torno dos R\$ 315,00.

As famílias de conta-própria, no geral, apresentam rendimentos agrícolas bastante inferiores aos das famílias de empregadores. A renda percebida nos anos bons apresenta certa estabilidade (com o pico em 1996 de R\$ 114,03), mas torna-se decrescente nos anos secos, quando atinge os níveis mais baixos (R\$ 79,81 em 1999); entre 1995 e 1999 apresentam uma taxa de crescimento bastante negativo, -9,4% a.a. As rendas dos conta-própria agrícolas não apresentam uma tendência definida (evidenciam grande instabilidade), independentemente de o ano ser chuvoso ou não. Apesar de crescer entre 1995 e 1996 (quando atinge o ápice de R\$ 149,75), as rendas agrícolas das famílias pluriativas decresceram sistematicamente entre 1996 e 1999, chegando ao seu ponto mais baixo (R\$ 80,97). Disso decorre que a taxa de crescimento apresentou-se negativa, -11,9% a.a. Dentre os pluriativos, destaca-se a forte queda da renda agrícola nas famílias que combinam atividades agrícolas e não agrícolas (-13,4% a.a.). No todo, nas famílias de conta-própria rurais, independentemente da ocupação, as rendas agrícolas apresentaram uma forte tendência de queda.

Tabela 6 – Evolução das rendas agrícolas das famílias segundo a situação do domicílio, a área censitária e tipo de família - Paraíba, 1995-1999

Área censitária / tipo de família	1995 (R\$)	1996 (R\$)	1997 (R\$)	1998 (R\$)	1999 (R\$)	1995/99 %a.a.
Rural agropecuário	112,42	108,52	102,53	66,56	62,31	-15,4 ***
Empregador com até dois assalariados	306,13	667,76	334,18	195,98	314,00	-11,1
<b>Conta própria</b>	<b>112,94</b>	<b>114,03</b>	<b>109,30</b>	<b>85,10</b>	<b>79,81</b>	<b>-9,4 ***</b>
Agricultora	112,70	105,13	115,62	83,78	98,69	-4,8
Pluriativo	124,16	149,75	112,06	99,62	80,97	-11,9 **
Não agrícola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>Empregados</b>	<b>125,34</b>	<b>108,87</b>	<b>111,80</b>	<b>55,28</b>	<b>47,54</b>	<b>-23,0 ***</b>
Agricultora	147,21	131,08	132,41	123,65	107,87	-6,6 ***
Pluriativo	123,27	121,89	114,67	46,77	46,74	-25,2 ***
Não agrícola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>Não ocupados</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	

\*\*\*, \*\*, \* Indicam, respectivamente, 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão *log-linear* contra o tempo.

Obs.: Valores em reais de setembro/99.

Fonte: Tabulações especiais do projeto Rurbano, I. E./Unicamp, jun. 2001.

À semelhança do indicado nas famílias de conta-própria, quando se analisaram as famílias de empregados, percebeu-se que, independentemente da ocupação exercida pelos seus membros, as rendas agrícolas tiveram expressiva redução no período de 1995-1999 (independentemente de o ano ser seco ou chuvoso, apesar de nos anos de baixa

precipitação a redução nos rendimentos ser mais acentuada). No geral, a taxa de crescimento dos empregados rurais foi de -23% a.a. Em 1995, essas famílias percebiam R\$ 125,34 de rendas agropecuárias e, em 1999, apenas R\$ 47,54. Os empregados agrícolas tiveram seus rendimentos agrícolas reduzidos anualmente a uma taxa de -6,6%: em 1995, percebiam R\$ 147,21 de fontes agrícolas e, em 1999, R\$ 107,87 (ano em que atinge seu menor patamar). Os empregados pluriativos apresentam as maiores taxas de redução das rendas agrícolas, -25,2% a.a, comportamento que levou os rendimentos a caírem de R\$ 123,27 (em 1995) para R\$ 46,74 (em 1999).

A Tabela 7 mostra exclusivamente o comportamento, no período de 1995 até 1999, das rendas não agrícolas percebidas pelas famílias residentes no rural agropecuário paraibano. Em termos gerais, essas famílias tiveram uma forte taxa de crescimento das rendas provenientes de Orna na Paraíba (17,7% a.a.), significando que praticamente duplicaram, quando comparados os anos de 1995 e 1999, passando de R\$ 50,61 para R\$ 100,09.

Tabela 7 – Evolução das rendas não agrícolas das famílias segundo a situação do domicílio, a área censitária e o tipo de família - Paraíba, 1995-1999

Área censitária / tipo de família	1995 (R\$)	1996 (R\$)	1997 (R\$)	1998 (R\$)	1999 (R\$)	1995/99 %a.a.
Rural agropecuário	50,61	74,44	65,63	96,97	100,09	17,7 ***
Empregador com até dois assalariados	119,22	238,90	517,12	194,98	490,60	30,0
Conta própria	49,87	61,02	73,94	111,00	109,91	24,3 ***
Agricultora	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pluriativo	122,88	130,84	126,06	172,25	148,99	6,8 *
Não agrícola	150,31	248,18	414,80	254,36	338,77	17,9 *
Empregados	37,80	67,32	46,01	99,13	104,89	27,5 **
Agricultora	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pluriativo	87,20	151,19	126,15	128,48	103,81	1,9
Não agrícola	156,71	218,47	209,08	140,58	190,46	-0,5
Não ocupados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

\*\*\*, \*\*, \* Indicam, respectivamente, 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão *log-linear* contra o tempo.

Obs.: Valores em reais de setembro/99.

Fonte: Tabulações especiais do projeto Rurbano, I. E./Unicamp, jun. 2001.

Em linhas gerais, encontraram-se crescimentos importantes e significativos em todas as famílias rurais, sejam elas empregadoras com até dois assalariados, conta-própria (taxa de crescimento significativa de 24,3% a.a.) ou empregados (taxa de crescimento significativa de 27,5% a.a.), entre 1995-1999.

As rendas mais elevadas são encontradas entre os empregadores com até dois assalariados: entre 1995 e 1997, variaram de R\$ 119,22 para R\$ 517,12. Apesar da forte queda ocorrida em 1998 (R\$ 194,98), os rendimentos não agrícolas voltaram a crescer em 1999 (R\$ 490,60), praticamente se equiparando ao patamar de 1997, contudo não apresentaram uma tendência estatisticamente significativa.

As rendas não agrícolas dos conta-própria são inferiores às obtidas pelas famílias de empregadores, contudo seu crescimento foi significativo, praticamente duplicando entre 1995 (R\$ 49,87) e 1999 (R\$ 109,91). Os rendimentos não agrícolas obtidos pelas famílias pluriativas tiveram uma taxa de crescimento elevada, de 6,8% a.a., indicando que a queda no rendimento total dessas famílias realmente esteve determinada pela forte contração da parte agrícola que compõe a renda. Os conta-própria não agrícolas tiveram suas rendas crescendo entre 1995 e 1997, saindo de R\$ 150,31 para R\$ 414,80. Apesar de uma pequena redução em 1998 (R\$ 254,36), no ano seguinte, os rendimentos não agrícolas percebidos voltaram a se elevar, atingindo R\$ 338,77. Com esse comportamento, a taxa de crescimento encontrada foi de 17,9% a.a., bastante elevada e significativa.

Na média, as rendas não agrícolas obtidas pelas famílias de empregados são menores do que as dos conta-própria: a quantia que recebiam em 1995 era de R\$ 37,80; que, em 1999, teve forte elevação, atingindo o pico de R\$ 104,89. Entretanto, quando se analisam as rendas não agrícolas das famílias de empregados pluriativos e não agrícolas, em ambos os casos não se encontra uma tendência definida. A grande instabilidade nos rendimentos pode ter sido o motivo de a taxa de crescimento não ter significância estatística. Apesar disso, quando se comparam as rendas de 1995 com 1999, observa-se que nas duas situações os rendimentos cresceram.

A Tabela 8 mostra a evolução das rendas de aposentadorias e/ou pensões das famílias rurais paraibanas entre 1995 e 1999. No geral, tais rendas tiveram queda entre 1995 e 1997, com uma redução de R\$ 97,17 em 1995 para R\$ 67,15 em 1997. Após um crescimento em 1998 (R\$ 83,07), a renda proveniente das transferência pública voltou a seguir sua tendência declinante, caindo para R\$ 79,94.

As famílias de conta-própria apresentaram significativa taxa de crescimento das rendas de aposentadorias apenas nas famílias que se dedicam às atividades agropecuárias. Nestas, a renda elevou-se de R\$ 94,04 em 1995 para R\$ 165,88 em 1999, significando uma taxa de crescimento de 18,9% a.a. Nos demais tipos de famílias deste grupo, as taxas de crescimento não se mostraram significativas. Com relação aos pluriativos, a renda evoluiu de forma ascendente entre 1995 e 1998 (aumento de R\$ 49,22 para R\$ 67,43), declinando, após, de forma considerável (R\$ 39,69). Nas famílias de conta-

própria não agrícola, após um crescimento entre 1995 (R\$ 36,85) e 1996 (R\$ 90,13), as rendas de transferências entraram num processo contínuo de queda até atingir praticamente o nível de 1995, conforme indica a Tabela 8.

Tabela 8 – Evolução das rendas de aposentadorias e/ou pensões das famílias segundo a situação do domicílio, a área censitária e o tipo de família - Paraíba, 1995-1999

Área censitária / tipo de família	1995 (R\$)	1996 (R\$)	1997 (R\$)	1998 (R\$)	1999 (R\$)	1995/99 %a.a.
Rural agropecuário	97,17	82,70	67,15	83,07	79,94	-3,8
Empregador com até dois assalariados	379,68	74,85	168,92	110,26	108,80	-19,0
Conta própria	75,77	76,26	71,78	103,45	88,54	6,4
Agrícola	94,04	90,69	84,33	164,25	165,88	18,9 **
Pluriativo	49,22	49,24	57,64	67,43	39,69	-1,2
Não agrícola	36,85	90,13	72,89	40,51	37,09	-7,6
Empregados	38,93	29,85	37,72	41,62	31,57	-0,9
Agrícola	40,29	33,70	37,81	83,23	72,53	23,1 *
Pluriativo	29,89	26,43	43,72	22,05	12,18	-17,9
Não agrícola	50,16	19,18	31,22	40,70	21,86	-8,7
Não ocupados	187,83	139,92	115,43	162,82	186,92	1,4

\*\*\*, \*\*, \* Indicam, respectivamente, 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão *log-linear* contra o tempo.

Obs.: Valores em reais de setembro/99.

Fonte: Tabulações especiais do projeto Rurbano, I. E./Unicamp, jun. 2001.

Com relação às famílias de empregados, os agrícolas tiveram taxas de crescimento significativas no período de 1995-1999 (23,1% a.a.); em 1995, obtiveram R\$ 40,29 de transferências públicas, valor que se elevou para R\$ 72,53 em 1999. As famílias pluriativas, sobretudo aquelas que combinam entre seus membros atividades agrícolas e não agrícolas, tiveram uma taxa de crescimento anual das transferências bastante negativa (-19,4% a.a.). Como indicado anteriormente, as famílias pluriativas geralmente são menos dependentes desse tipo de renda. Apesar da grande instabilidade encontrada nas rendas das famílias de empregados não agrícolas, não apresentando uma taxa de crescimento definida, percebe-se que, entre 1996 e 1998, tiveram um razoável aumento (de R\$ 19,18 para R\$ 40,70), declinando em 1999 (R\$ 21,86).

As famílias classificadas como não-ocupados tiveram, entre 1995 e 1997, um decréscimo nesse tipo de rendimento. Em 1995 percebiam R\$ 187,83 de aposentadorias e pensões, contra, no ano de 1997, apenas R\$ 115,43. Por outro lado, a partir de 1997 ocorreu uma retomada de crescimento, chegando, em 1999 (R\$ 186,92), com um patamar semelhante ao de 1995.



A Tabela 9 trata do comportamento de outras fontes de renda (como transferências de parentes que migraram, as quais se denominou de “transferências privadas”) percebidas pelas famílias rurais paraibanas entre 1995 e 1999. No total, essas outras fontes de renda apresentaram taxas de crescimento elevadas nas famílias rurais paraibanas (9,1% a.a.). Não existe grande instabilidade nos valores percebidos, que, em 1995, foram de R\$ 11,98 e tiveram um aumento para R\$ 15,23 em 1999. Esse crescimento está influenciado pelo comportamento nas famílias de conta-própria pluriativas e de empregados agrícolas, principalmente. Nas famílias de empregadores com até dois assalariados, por outro lado, a taxa de crescimento mostrou-se bastante negativa, -45,8% a.a. (apesar do crescimento entre 1995 e 1996, ano em que atingiu o pico, com R\$ 32,64, nos outros anos a tendência encontrada foi de sistemática redução, atingindo o menor patamar em 1999, com apenas R\$ 2,00 obtidos).

Tabela 9 - Evolução das outras rendas das famílias segundo a situação do domicílio, a área censitária e tipo de família - Paraíba, 1995-1999

Área censitária / tipo de família	1995 (R\$)	1996 (R\$)	1997 (R\$)	1998 (R\$)	1999 (R\$)	1995/99 %a.a.
Rural agropecuário	11,98	10,60	15,84	15,65	15,23	9,1 *
Empregador com até dois assalariados	13,97	32,64	8,76	3,50	2,00	-45,8 **
Conta própria	12,28	7,91	9,42	13,58	15,83	11,1
Agricultora	13,04	6,65	10,10	18,25	14,38	12,8
Pluriativo	12,19	10,45	9,51	10,58	14,75	4,0
Não agrícola	0,00	5,71	0,00	10,16	27,00	
Empregados	7,57	3,89	5,02	13,91	8,66	16,7
Agricultora	2,12	4,19	1,50	12,48	5,56	35,3
Pluriativo	10,12	2,36	9,91	16,53	8,81	18,2
Não agrícola	34,48	4,91	18,76	9,51	10,98	-15,0
Não ocupados	20,96	35,70	77,51	35,66	35,75	11,3

\*\*\*, \*\*, \* Indicam, respectivamente, 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão *log-linear* contra o tempo.

Obs.: Valores em reais de setembro/99.

Fonte: Tabulações especiais do projeto Rurbano, I. E./Unicamp, jun. 2001.

Nas famílias de conta-própria, logo após uma redução entre 1995 e 1996, essas outras fontes de renda ascenderam anualmente até o teto de R\$ 15,83 em 1999. Para as conta-própria agrícolas e também pluriativos, apesar de não terem uma tendência definida (os valores aumentam e diminuem independentemente de o ano ser considerado chuvoso ou seco), em ambos os casos, ao se comparar 1995 e 1999, encontra-se um crescimento nas rendas, conforme indica a Tabela 9. Apenas nos conta-própria pluria-

tivos, cujos membros combinam atividades agropecuárias e não agrícolas, evidencia-se um crescimento com significância estatística (8,4% a.a.).

Ao analisar as informações sobre as famílias de empregados e também as de não-ocupados, percebe-se que em nenhum caso se encontra uma tendência definida nas rendas. Existem grandes oscilações nestas, independentemente de o ano ser considerado bom ou ruim. Em alguns casos, inclusive, essas transferências privadas sofreram redução nos anos de seca, como é o caso dos empregados não agrícolas e dos pluriativos.

A Tabela 10 mostra a evolução da renda familiar *per capita* das famílias residentes no rural agropecuário paraibano entre 1995 e 1999. Considerando os dados agregados totais, percebe-se que houve uma ligeira queda nos rendimentos percebidos: em 1995, eram de R\$ 61,90; tiveram um pico em 1996, ano em que atingiram R\$ 65,91, e encerraram a década com o valor de R\$ 59,79. As famílias de empregadores, apesar da grande oscilação dos números, encerraram a década num patamar bastante superior ao encontrado em 1995 (cresceram de R\$ 204,44 para R\$ 267,59).

Tabela 10 - Evolução da renda familiar *per capita* segundo a situação do domicílio, a área censitária e o tipo de família - Paraíba, 1995-1999

Área censitária / tipo de família	1995 (R\$)	1996 (R\$)	1997 (R\$)	1998 (R\$)	1999 (R\$)	1995/99 %a.a.
Rural agropecuário	61,90	65,91	55,86	59,04	59,79	-1,8
Empregador com até dois assalariados	204,44	221,77	278,01	140,04	267,59	0,8
Conta própria	51,09	56,38	53,32	67,55	62,63	6,1 **
Agricultora	52,33	50,17	44,89	64,34	73,81	9,8 *
Pluriativo	49,93	59,34	57,71	69,07	53,03	2,8
Não agrícola	46,79	95,53	102,07	71,04	81,31	8,4
Empregados	45,24	42,25	43,64	44,49	42,25	-0,8
Agricultora	45,06	35,01	38,20	51,62	46,23	4,5
Pluriativo	42,18	53,39	54,22	41,04	33,12	-7,2
Não agrícola	55,00	53,32	60,44	46,38	52,54	-2,3
Não ocupados	91,66	63,13	79,05	76,61	95,34	2,8

\*\*\*, \*\*, \* Indicam, respectivamente, 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão *log-linear* contra o tempo.

Obs.: Valores em reais de setembro/99.

Fonte: Tabulações especiais do projeto Rurbano, I. E./Unicamp, jun. 2001.

As famílias de conta-própria, no geral, tiveram aumentos significativos na renda *per capita*. Em 1995, perceberam um rendimento de R\$ 51,09, que, crescendo a uma taxa de 6,1% a.a., atingiu o patamar de R\$ 62,63 em 1999. As famílias agrícolas tiveram

elevações de renda *per capita* significativas, com uma taxa de 9,8% a.a., possibilitando que este rendimento crescesse entre 1995 (R\$ 52,33) e 1999 (R\$ 73,81). Nas famílias de conta-própria pluriativos e não agrícolas, a evolução da renda *per capita* não teve uma tendência definida, oscilando entre os anos. Entretanto, nos dois casos os rendimentos percebidos no final da década foram superiores aos encontrados em 1995.

Nas famílias de empregados, a renda *per capita* teve seu pico em 1995 (R\$ 45,24); em seguida, reduziu-se em alguns anos e aumentou em outros, sem conseguir voltar ao nível de 1995 e encerrando a década com redução para R\$ 42,25. Os empregados pluriativos e não agrícolas tiveram comportamento semelhante nas suas rendas, que tiveram forte tendência de queda no período. A renda *per capita* dos pluriativos, principalmente daqueles que combinavam atividades agrícolas e não agrícolas, reduziu-se de R\$ 45,90 em 1995 para R\$ 33,06 em 1999 (conformando uma taxa de crescimento de -9,3% a.a.).

Os não-ocupados tiveram uma tendência de crescimento (apesar da variação nas rendas) na renda familiar *per capita* percebida entre 1995 e 1999. Após atingir um piso de R\$ 63,13 em 1996, as rendas elevaram-se até atingir R\$ 95,34 no fim da década.

Para finalizar este tópico, ressalta-se que, nos anos secos, as rendas não agrícolas e também as aposentadorias e pensões superaram aquelas provenientes de atividades agropecuárias (que ainda apresentam uma tendência de queda em todos os tipos de famílias) no rural paraibano. Contudo, ao analisar os anos de 1995 até 1999, fica evidente que existe uma certa estabilidade nos rendimentos médios dessas famílias (sempre ficando entre R\$ 250,00 e R\$ 270,00).

As aberturas nas informações demonstraram que quedas significantes nas rendas agrícolas ocorrem nos anos secos, quando praticamente se reduzem pela metade. Nos anos bons, os rendimentos também são decrescentes, é verdade. Entretanto, a redução ocorre de forma amena, certamente refletindo o que já foi demonstrado em outras pesquisas, de que os preços dos produtos agrícolas estão sendo reduzidos no mercado. Os rendimentos não agrícolas são bastante inferiores aos agrícolas e também às aposentadorias/pensões nos anos chuvosos, superando-os apenas nos anos de baixa precipitação (tanto pela grande queda na renda agrícola quanto pela grande elevação na não agrícola). Em certo sentido, a queda na renda agropecuária é compensada pela elevação da parte não agrícola que a compõe, o que gera a estabilidade citado no parágrafo anterior. As duas rendas possuem oscilações abruptas de acordo com o fato de o ano ser seco ou chuvoso.

A mesma análise não pode ser feita quando se comparam as rendas agrícolas e as transferências privadas; neste caso, as primeiras caem tanto que realmente aparece a

parcela das aposentadorias e pensões. Assim, independentemente das condições climáticas, existe uma estabilidade monetária nos rendimentos advindos de transferências (sem dúvidas, pela própria configuração do mesmo). Na Paraíba, ao contrário do encontrado em análises nacionais, na década de 1990, as rendas agrícolas não necessariamente são inferiores às não agrícolas, o que não significa que os dados de outros anos não modifiquem essa situação, haja vista as tendências declinantes da parte agrícola e crescente da parcela não agrícola. Só as informações de anos posteriores vão poder revelar como a renda se conformará.

As famílias agrícolas, de forma interessante, são as que possuem, além de uma certa estabilidade maior, um crescimento positivo nos seus rendimentos. Ao buscar os motivos que explicam essa realidade, encontrou-se que são estas as maiores dependentes de transferências públicas e/ou privadas. Então, na realidade, não se pode considerar que no rural paraibano o crescimento das Ornas tem relação direta com elevação e estabilização das rendas familiares. A forma como se desenvolveu a questão agrária estadual tem como consequência a necessidade de as famílias buscarem estratégias de sobrevivência para poderem obter a renda necessária para sua manutenção.

As aposentadorias e pensões, ao contrário, estão favorecendo esse equilíbrio. Com isso, concorda-se com Graziano da Silva e Del Grossi quando afirmam “a necessidade de termos uma política previdenciária ativa que pudesse, por exemplo, contribuir para enfrentar o problema da pobreza de regiões desfavorecidas, como é o caso de extensas áreas rurais do Nordeste brasileiro [...]” (2001d, p. 26).

A maior parte da população ocupada em Orna no estado possui baixa qualificação e encontra emprego nas demandas do setor público, quando surgem as políticas de obras contra as secas. Os rendimentos obtidos são baixos (suficientes apenas para manter o baixo padrão de vida conseguido nos anos chuvosos) e instáveis (já que, cessados os investimentos públicos, reduzem-se os empregos). Um grande exemplo da fragilidade das rendas obtidas via atividades não agrícolas é o fato de o rendimento *per capita* obtido pelas famílias de não-ocupados ser superior, em vários casos, ao dos outros grupos de famílias conta-própria e empregados (independentemente de serem agrícolas, pluriativas ou não agrícolas).

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na região Nordeste, a evolução das ocupações rurais não agrícolas ocorre de forma importante, mas não generalizada em todos os estados. Em parte desses, o dinamismo está centrado no comportamento das atividades agropecuárias; em outros, ocorre

com maior ênfase apenas nas regiões metropolitanas. Certamente, no Nordeste existe um grande potencial para o desenvolvimento de um mercado de atividades rurais não agrícolas, as quais devem ser estimuladas, mesmo porque é onde se encontra a maior quantidade da PEA rural não agrícola do país. Contudo, devem-se levar em conta a heterogeneidade da região e a definição de estratégias para desprivatização do espaço rural e de urbanização do interior nordestino (maior acesso a serviços encontrados nas áreas rurais, como saneamento básico, eletrificação, escolas, hospitais, creches etc.).

Em todos os casos estudados, foi encontrada uma crescente importância das aposentadorias e do número de não-ocupados residentes em áreas rurais. É importante ressaltar também que a maior parte das Ornas exigem baixa qualificação e reduzida escolaridade; são serviços temporários ou precários. As prestações de serviços são as ocupações que mais crescem e, dentro dessas, é o emprego doméstico que lidera no país, independentemente de a área ser rural urbanizada ou rural agropecuário.

Com relação ao estado da Paraíba, há as condições climáticas influenciando as atividades agropecuárias, e estas, boa parte do dinamismo das atividades não agrícolas. No estado, as terras são bastante concentradas e a maior parte dos agricultores não tem acesso à tecnologia e a créditos agrícolas. O algodão foi o último produto de grande valor econômico produzido no estado, cuja crise trouxe grandes dificuldades para os trabalhadores rurais. Esses fatores colaboram para a queda continuada da proporção que o PIB agrícola representa no PIB total.

Essa crise agrícola fica evidenciada quando estudado o comportamento populacional. Em quase todos os municípios é encontrada uma redução da população residente. Diferentemente das conclusões encontradas em estudos sobre a situação nacional, na Paraíba, ainda é a expansão/retração de áreas ou culturas agropecuárias que indica grande parcela do comportamento das populações rurais.

Um fato claramente observado é a agudização das dificuldades nos anos secos. Em toda a década de 1990, encontramos uma tendência de queda na PEA rural ocupada em atividades agrícolas, entretanto nos anos secos essa redução assume maiores proporções. Por outro lado, semelhantemente a um contraponto, nesses momentos a PEA rural não agrícola apresenta os maiores crescimentos, apesar de não conseguir segurar todo o desemprego agrícola.

Entre 1992 e 1999, houve um aumento no número de famílias residentes no rural agropecuário paraibano. Apesar de todas as dificuldades enfrentadas advindas da crise agrícola e dos anos de seca, o número total de famílias rurais paraibanas não decresceu, contrariamente ao que ocorria em décadas passadas. O maior contingente de famílias é o de conta-própria, seguido pelos empregados, empregadores com até dois assalaria-

dos e não-ocupados. Em todos os tipos de famílias estudados, observou-se uma forte redução naquelas ocupadas exclusivamente em atividades agrícolas e a elevação consistente no número de famílias pluriativas e não agrícolas.

Nos anos de seca, o número de famílias rurais agrícolas é menor que o de pluriativas, ao contrário dos anos de chuva, mostrando que não existe estabilidade na ocupação não agrícola, cujo caráter é apenas temporário, não definitivo. Um indivíduo racional prefere uma cesta maior de mercadorias a uma menor. Tendo como pressuposto que as rendas não agrícolas são superiores às rendas agrícolas, seria racional que o trabalhador mantivesse seu emprego não agrícola mesmo nos anos de chuva. Isso só não acontece caso boa parte da oferta de trabalho não agrícola cesse com o fim da estiagem ou o pressuposto não tenha comprovação na realidade.

Não obstante, na década de 1990, fica claro a grande representatividade das famílias pluriativas e também das não agrícolas no número total existente no meio rural paraibano. A pluriatividade é importante e está crescendo, contudo acredita-se que tal fato decorre não do maior desenvolvimento tecnológico na agricultura, que teria proporcionado aos membros das famílias um maior tempo livre para executar outras atividades, mas, sim, por estratégias das famílias de conseguirem rendas extras para poderem sobreviver e manter os estabelecimentos. Certamente, o fato está mais ligado a uma certa "capacidade criativa" intrínseca da população brasileira de superar as muitas dificuldades vividas do que a um processo evolutivo no qual a situação das famílias rurais atingiu um patamar semelhante ao das famílias urbanas, como ocorre nos países desenvolvidos. Nestes, a força política faz o Estado intervir, estimulando e criando todas as condições para o desenvolvimento da pluriatividade e das atividades rurais não agrícolas.

Sobre as rendas, ressalta-se que, nos anos secos, as não agrícolas e também as aposentadorias e pensões superaram aquelas provenientes de atividades agropecuárias no rural paraibano. As informações demonstraram quedas significantes nas rendas agrícolas nos anos secos, quando estas praticamente se reduziram pela metade. Nos anos bons, os rendimentos também foram decrescentes, mas isso ocorreu de forma mais amena. Nos anos de chuvas abundantes, os rendimentos não agrícolas foram bem inferiores aos agrícolas e também às aposentadorias/pensões, o contrário do que ocorre nos anos secos. Em certo sentido, a queda na renda agropecuária é compensada pela elevação da parte não agrícola que a compõe.

Na Paraíba, diferentemente do encontrado em análises nacionais, na década de 1990, as rendas agrícolas não necessariamente foram inferiores às não agrícolas. As famílias agrícolas foram as que tiveram uma maior estabilidade e um crescimento posi-

tivo nos seus rendimentos porque são as maiores dependentes de transferências públicas e/ou privadas. As aposentadorias e pensões estão favorecendo uma certa estabilidade nas rendas. Deve-se registrar que uma parcela pequena da população rural paraibana é constituída de aposentados e/ou pensionistas, mas são esses recursos que dinamizam economicamente boa parte dos pequenos municípios do estado.

Existem possibilidades de ampliar e diversificar as atividades no meio rural paraibano sobretudo com o turismo, atividade que vem se desenvolvendo bastante não apenas o turismo litorâneo, mas também o sertanejo, desde que se formulem políticas de desenvolvimento rural centradas nas potencialidades de cada localidade. Exemplificando, no Agreste do estado (onde está localizada a região do brejo paraibano, um dos maiores do Nordeste), a paisagem serrana e o clima ameno favorecem o desenvolvimento do turismo.

Entre os municípios de Araruna e Tacima está a Pedra da Boca, cuja configuração lembra um sapo gigante prestes a abocanhar um vaga-lume. Nessa localidade são praticados o alpinismo, salto de pára-quedas e asa-delta. As Pedras do Ingá (na cidade de Ingá) são consideradas algumas das inscrições pré-históricas mais importantes da Terra. Em Areia, há o Museu Pedro Américo (artista que pintou o quadro que retrata o momento do grito da Independência – em exposição no Museu do Ipiranga em São Paulo - SP), que contém quadros e desenhos do pintor.

A região do Cariri e Seridó é rica em artesanato de couro, bordados e renda renasçença, além de relíquias arqueológicas com inscrições rupestres. Em Sousa, fica o vale dos dinossauros, sítio paleontológico mundialmente conhecido pelas pegadas de aproximadamente 130 milhões de anos; no município, existem, ainda, a fazenda Acauã e a igreja Nossa Senhora da Conceição, onde, em 1757, foi aprisionado Frei Caneca. Há também o turismo de eventos (Festival da Cachaça e da Rapadura em Areia, da Carne de Sol em Picuí, as festas religiosas em diversos municípios, entre muitos outros eventos) e as vaquejadas, que ocorrem em quase todos os municípios, importantes geradoras de ocupações não agrícolas, como o são os rodeios nas regiões Sul e Sudeste do país, por exemplo.

Especificamente sobre o artesanato, a Paraíba destaca-se com a produção de redes, mantas, estandartes, bordados e crochês, rendas, objetos de couro, de madeira, de lata, de barro, de sisal, de estopas, de cipó e de palha, além de metal e osso. Pode-se localizar o artesanato em praticamente todo o estado, mas é nas regiões do Brejo, Seridó, Cariri e litoral que se concentra com maior ritmo de produção para o comércio. Em 1991, o governo estadual criou o Mercado de Artesanato Paraibano (MAP) em João Pessoa para facilitar o comércio dessas mercadorias. Todavia, mais importante do que centrar a

venda dessas mercadorias em João Pessoa seria estimular as pessoas a visitarem as cidades que produzem esse artesanato e conhecerem *in locus* os artesãos trabalhando.

Certamente, os recursos gastos pelos turistas estimulariam vários segmentos da economia local. Contudo, ressalta-se a grande necessidade de existir uma associação entre os representantes da sociedade civil local e dos órgãos dos poderes municipal, estadual e federal para, juntos, conseguirem converter as *benesses* do crescimento econômico local para toda a comunidade.

## REFERÊNCIAS

DELGADO, G.; CARDOSO JR., J. C. *Principais resultados da pesquisa domiciliar sobre a Previdência Rural na região Sul do Brasil*. Brasília: Ipea, 1999.

GOMES DA SILVA, Aldenor. Pluriatividade e renda das famílias rurais do Nordeste do Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 38. *Anais...* Rio de Janeiro, 2000. CD-ROM.

\_\_\_\_\_; VERAS, Edimilson Correia. A heterogeneidade da dinâmicas das ocupações no rural do Nordeste. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 39. *Anais...* Recife, 2001a. CD-ROM.

\_\_\_\_\_; O nordeste rural e as novas dinâmicas de ocupações: a heterogeneidade regional. In: SEMINÁRIO SOBRE O NOVO RURAL BRASILEIRO, II (“a dinâmica das atividades agrícolas e não-agrícolas no novo rural brasileiro: fase III do projeto Rurbano”). NEA – Instituto de Economia – Unicamp. Campinas, 2001b. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano>> .

LIMA, João Ricardo Ferreira de. A pluriatividade das famílias rurais: análise comparativa entre Brasil, região Nordeste, Paraíba e Rio Grande do Norte. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 39. *Anais...* Recife, 2001a. CD-ROM.

\_\_\_\_\_. As atividades e rendas não-agrícolas na Paraíba: “solução da lavoura”?!. *Revista Qualidade de Vida*, Esalq/USP – Cepea/Fealq, ano 3, n. 31, dez. 2001b.

\_\_\_\_\_. *A evolução das rendas e atividades não-agrícolas na Paraíba dos anos 90*. Dissertação (Mestrado) - UFPB, Centro de Humanidades. Campina Grande, 2002a. 86 p. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br>> .

\_\_\_\_\_. Pluriatividade e rendas não-agrícolas das famílias rurais paraibanas nos anos 90. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 40. *Anais...* Passo Fundo, 2002b. CD-ROM 19.

MARIN, Maria Cristina de M. Migração sem urbanização. *Raízes* – revista de Ciências Sociais e Econômicas, Campina Grande, n. 4/5, jan. 1984/dez. 1985.



MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. *Capítulos de geografia agrária da Paraíba*. João Pessoa: Editora Universitária, 1997.

RODRIGUEZ, Janete Lins (Coord.). *Atlas escolar da Paraíba*. 2. ed. João Pessoa: Grafset, 2000.

SILVA, José Graziano da. *O novo rural brasileiro*. 2. ed. rev. Campinas, SP: Unicamp, IE, 1999. (Coleção Pesquisas, 1).

\_\_\_\_\_; CAMPANHOLA, C. *O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional*. Jaguariúna, SP: Embrapa, 2000a. v. 1.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. *O novo rural brasileiro: uma análise estadual - nordeste*. Jaguariúna, SP: Embrapa, 2000b. v. 1.

\_\_\_\_\_; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. O novo rural brasileiro. In: ORNAS – ocupações rurais não-agrícolas. Oficina de atualização temática. *Anais...* Paraná, 2000c.

\_\_\_\_\_ et al. Diferencial de renda entre ocupações no meio rural brasileiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 39. *Anais...* Recife, 2001b. CD-ROM.

\_\_\_\_\_ et al. Pluriatividade e emprego doméstico no meio rural do Brasil, 1992-99. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 39. *Anais...* Recife, 2001c. CD-ROM.

\_\_\_\_\_; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. A evolução das rendas e atividades rurais não-agrícolas no Brasil. In: SEMINÁRIO SOBRE O NOVO RURAL BRASILEIRO, II. (“a dinâmica das atividades agrícolas e não-agrícolas no novo rural brasileiro: fase III do projeto Rurbano”). NEA – Instituto de Economia – Unicamp. Campinas, 2001d. Disponível em: < <http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano> > .

\_\_\_\_\_. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. In: SEMINÁRIO SOBRE O NOVO RURAL BRASILEIRO, II. (“a dinâmica das atividades agrícolas e não-agrícolas no novo rural brasileiro: fase III do projeto Rurbano”). NEA – Instituto de Economia – Unicamp, Campinas, 2001e. Disponível em: < <http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano> > .

## SYNOPSIS

**IMPORTANCE OF PARAIBANAS HOUSEHOLD MULTIPLE INCOMES  
IN THE NINETIES**

*The central problem of this work is to understand the evolution of occupations and the paraibanas household incomes in the nineties. The objective is to identify the importance of activities and the non-agricultural incomes, besides the transfers public/private for the improvement and/or maintenance of the families in rural areas. The used methodology was a bibliographical research based on works produced inside the project RURBANO and analysis through the data generated by PNAD (Brazilian National Household Surveys) of IBGE, relative to the rural paraibano in the nineties. To example of what was demonstrated in national and regional situation, in Paraíba a growth of the ORNA (non-agricultural rural occupations) is also verified, like that increase in the number of pluriactive household and non-agricultural residents in rural areas, besides a great disparity among the incomes obtained exclusively by the agricultural household of those non-agricultural ones and pluriactive, mainly in the dryness years. The pluriactive household depend less on the public and private transfers, comparing with the agricultural. We verified that in the period post plan Real, the agricultural incomes present a movement of strong fall and the non-agricultural incomes possess an inverse movement, always growing every year.*

*Key words: income, activities not-agriculturists, agricultural families.*

## SINOPSIS

**LA IMPORTANCIA DE LAS MÚLTIPLES FUENTES DE RENTAS DE LAS FAMILIAS  
RURALES PARAIBANAS EN LOS AÑOS 90**

*El problema central de este trabajo es entender la evolución de las ocupaciones y de las rentas de las familias rurales paraibanas en los años 90. El objetivo es identificar la importancia de las actividades y de las rentas no agrícolas, además de las transferencias públicas/privadas para la mejoría y, o manutención de las familias en las áreas rurales. La metodología utilizada fue una pesquisa bibliográfica com base en trabajos producidos dentro del proyecto RURBANO y análisis de informaciones de los microdatos de las PNAD (Pesquisa Nacional por Muestreo de Domicilio) del IBGE, relativas al rural paraibano en los años 90. Como ejemplo de lo que quedó demostrado en la situación nacional y regional, en Paraíba también se verifica crecimiento de las ORNA (ocupaciones rurales no agrícolas), en el número de las familias pluriactivas e no agrícolas residentes en áreas rurales, además de una gran disparidad entre las rentas obtenidas por las familias exclusivamente agrícolas de aquellas no agrícolas e pluriactivas, principalmente en los años secos. Las familias pluriactivas dependen menos de las transferencias públicas y privadas, en comparación con las familias agrícolas. Verificamos que en el período pós Plano Real, las rentas agrícolas presentan un movimiento de fuerte disminución y las rentas no agrícolas poseen un movimiento inverso, siempre creciendo a cada año.*

*Palabras-clave: renta, actividades no agrícolas, familias rurales.*